HOTEL CURITIBA CAPITAL S/A

CNPJ: 03.554.611/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**3.643.985**	4.178.955	**3.988.216**	4.299.637
Contas a receber de clientes	4	**3.680.621**	1.532.813	**3.852.862**	1.654.607
Estoques		**866.794**	814.825	**866.794**	814.825
Impostos a recuperar		**20.957**	513.308	**20.957**	513.308
Adiantamentos	5	**4.065.921**	70.181	**4.065.921**	70.181
Outros créditos		**361.795**	210.111	**361.794**	210.111
Total do ativo circulante		**12.640.073**	7.320.193	**13.156.544**	7.562.669
Não circulante					
Depósitos judiciais	13	**347.610**	331.313	**347.610**	331.313
Outros créditos		**56.540**	60.296	**56.541**	60.296
					-
Ativo permanente					
Investimentos	7	**600.510**	242.479	**-**	-
Imobilizado	8	**57.706.828**	51.606.774	**57.706.828**	51.606.774
Intangível	8	**206.193**	264.660	**345.008**	318.660
Total do ativo não circulante		**58.917.681**	52.505.522	**58.455.987**	52.317.043
Total do ativo		**71.557.754**	59.825.715	**71.612.531**	59.879.712

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	9	**1.711.221**	780.430	**1.715.309**	780.430
Empréstimos e financiamentos	10	**3.122.671**	2.913.759	**3.122.671**	2.913.759
Obrigações e provisões trabalhistas	12	**1.459.672**	751.298	**1.459.672**	751.298
Impostos a pagar		**1.038.350**	234.829	**1.088.027**	288.826
Dividendos e JSCP a pagar		**2.343.855**	2.343.855	**2.343.855**	2.343.855
Outras contas a pagar		**1.726.292**	1.086.621	**1.727.304**	1.086.621
Total do passivo circulante		**11.402.061**	8.110.792	**11.456.838**	8.164.789
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	**11.431.938**	9.757.215	**11.431.938**	9.757.215
Partes relacionadas	11	**14.170.665**	-	**14.170.665**	-
Provisões para litígios	13	**1.440.758**	1.275.053	**1.440.758**	1.275.053
Outros passivos		**-**	31.288	**-**	31.288
Total do passivo não circulante		**27.043.361**	11.063.556	**27.043.361**	11.063.556
Total do passivo		**38.445.422**	19.174.348	**38.500.199**	19.228.345
Patrimônio líquido					
Capital social	15	**33.292.778**	33.292.778	**33.292.778**	33.292.778
Reservas de capital		**1.137.617**	1.137.617	**1.137.617**	1.137.617
Reserva de lucros(Prejuizo)		**(1.318.063)**	6.220.972	**(1.318.063)**	6.220.972
Total do patrimônio líquido		**33.112.332**	40.651.367	**33.112.332**	40.651.367
Total do passivo e patrimônio líquido		**71.557.754**	59.825.715	**71.612.531**	59.879.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora e Consolidado: Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		33.292.778	1.137.617	15.857.431	-	50.287.826
Prejuízo do exercício	15	-	-	-	(9.636.459)	(9.636.459)
Reserva legal		-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-
Prejuízo à disposição da AGO	15	-	-	(9.636.459)	9.636.459	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		33.292.778	1.137.617	6.220.972	-	40.651.367
Prejuízo do exercício	15	**-**	**-**	**-**	**(7.539.035)**	**(7.539.035)**
Reserva legal		-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-
Prejuízo à disposição da AGO	15	-	-	**(7.539.035)**	**7.539.035**	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**33.292.778**	**1.137.617**	**(1.318.063)**	**-**	**33.112.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Hotel Curitiba Capital S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada regulamentada pela Lei n 6.404/76, alterada e complementada pela Lei n 11.638/07. A sociedade foi constituída em 10 de dezembro de 1999, iniciando suas atividades em 2001. Sua sede e filiais estão estabelecidas em Curitiba, no Estado do Paraná.

A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade hoteleira e de todas as atividades inerentes à hotelaria, tais como: restaurantes, locação de salas de eventos e equipamentos, por conta própria e/ou terceiros.

O Hotel Curitiba Capital S.A. assumiu a administração dos seus próprios hotéis a partir de 01 de janeiro de 2019 por término de vigência contratual de administração hoteleira que mantinha com a Atlantica Hotels. A partir daquela data a modalidade do contrato com a empresa mudou de administração hoteleira para gestão comercial.

Em 13 de fevereiro de 2020, foi aprovada em ata da assembleia geral a constituição de nova pessoa jurídica com o objetivo social específico de gestora e administradora hoteleira. A controlada HCC Hotels Gestão Hoteleira Ltda. foi constituída em outubro de 2020 pelo Hotel Curitiba Capital S.A. com 100% da participação societária.

Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou, em especial na análise dos seguintes possíveis impactos:

(a) Ações realizadas pela Companhia em função do COVID-19 e possíveis impactos nos seus controles internos;

(b *Impairment* de ativos imobilizado e intangível;

(c) Impactos na receita do período e nas margens;

(d) Análise de continuidade operacional da Companhia;

(e) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos.

A Companhia realizou o estudo dos itens elencados acima e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. Neste sentido, é importante comentar que as operações estão sendo acompanhadas por um modelo de gestão de crise e estratégias estão sendo montadas para que a Companhia possa atravessar esse período com o mínimo de impacto negativo possível. A Companhia estabeleceu medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação do COVID-19.

Efeitos do COVID-19 nas demonstrações financeiras–Continuação

Em relação ao negócio, tendo em vista que em 2021, apesar da flexibilização das medidas de restrições para combate a pandemia, ainda houve períodos em que os decretos limitaram a ocupação e a realização de eventos, impactando o setor hoteleiro. A principal atividade da Companhia, está em torno de hospedagem de pessoas a negócios e a turismo, como também na locação de espaços para eventos e fornecimento de alimentos e bebidas. A Companhia vem tomando desde o início da pandemia decisões rígidas de controle de custos para que reduzisse o impacto financeiro na atividade.

Os acionistas se mantêm confiantes no negócio, tanto que todos se comprometeram em suportar os prejuízos da Companhia. Nesse sentido, a Companhia não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), destacando-se a aplicação do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A conclusão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada em reunião de diretoria realizada em 21 de junho de 2022.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Controladora mantém as seguintes participações na seguinte empresa:

Controladas Diretas	% Participação
HCC Hotels Gestão Hoteleira Ltda.	100

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.4. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: empréstimos, financiamentos e fornecedores.

2.5. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de prestação de serviço é reconhecida no resultado com base no serviço prestado.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e

• Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

i) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

ii) Prestação de serviços

A receita é reconhecida com base na prestação de serviços diária dos hotéis.

iii) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada dos instrumentos financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.8. Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado e intangível são:

Natureza dos bens	Vida útil estimada
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias	25 anos
Sinalização	10 anos
Direito e uso da marca	10 anos

2.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

2.10. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e estão refletidos nas demonstrações individuais do Hotel Curitiba Capital S.A.

2.11. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor.

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	3,2% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% a 1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	5,00%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas.

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a mercado em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos seus ativos é necessária.

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer desembolso.

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM 31/12/2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita líquida	16	**23.789.595**	17.991.700	**24.682.712**	18.269.304
Custos dos serviços prestados/ Mercadorias Vendidas	17	**(15.565.301)**	(13.317.685)	**(15.565.301)**	(13.317.685)
Lucro bruto		**8.224.294**	4.674.015	**9.117.411**	4.951.619
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	17	**(363.775)**	(493.417)	**(365.095)**	(493.417)
Despesas administrativas e gerais	17	**(12.912.577)**	(12.823.837)	**(13.366.276)**	(12.841.899)
Equivalência patrimonial	7	**358.031**	232.479	**-**	-
Outras receitas operacionais, líquidas		**205.682**	173.612	**205.682**	173.612
Prejuízo operacional		**(4.488.345)**	(8.237.148)	**(4.408.278)**	(8.210.085)
Despesas financeiras	18	**(3.159.906)**	(1.585.853)	**(3.161.595)**	(1.585.853)
Receitas financeiras	18	**109.216**	186.542	**116.191**	186.542
Lucro (prejuízo) após resultado financeiro		**(7.539.035)**	(9.636.459)	**(7.453.682)**	(9.609.396)
Prejuízo antes dos impostos		**(7.539.035)**	(9.636.459)	**(7.453.682)**	(9.609.396)
Imposto de renda e contribuição social	6	**-**	-	**(85.353)**	(27.063)
Prejuízo do exercício		**(7.539.035)**	(9.636.459)	**(7.539.035)**	(9.636.459)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do exercício	**(7.539.035)**	(9.636.459)	**(7.539.035)**	(9.636.459)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	**(7.539.035)**	(9.636.459)	**(7.539.035)**	(9.636.459)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(7.539.035)**	(9.636.459)	**(7.539.035)**	(9.636.459)
Depreciações e amortizações	**3.952.997**	4.214.784	**3.952.997**	4.214.784
Equivalência patrimonial	**(358.031)**	(232.479)	**-**	-
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	**50.429**	(43.941)	**50.429**	(43.941)
Provisão para litígios	**165.705**	(105.430)	**165.705**	(105.430)
Baixa líquida de imobilizado	**877.224**	537.658	**877.224**	537.658
Provisão juros sobre empréstimos	**2.766.597**	1.223.058	**2.766.597**	1.223.058
	(84.114)	(4.042.809)	**273.918**	(3.810.330)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	**(2.198.237)**	3.232.482	**(2.248.684)**	3.110.688
Impostos a recuperar	**492.351**	450.265	**492.351**	450.265
Estoques	**(51.969)**	(37.498)	**(51.969)**	(37.498)
Outros direitos realizáveis	**(147.928)**	214.669	**(147.928)**	214.669
Despesas antecipadas	**(3.995.740)**	112.606	**(3.995.740)**	112.606
Depósitos em juízo	**(16.297)**	2.334	**(16.297)**	2.334
Fornecedores	**930.791**	(929.923)	**934.879**	(929.923)
Obrigações e provisões trabalhistas	**708.374**	(1.339.465)	**708.374**	(1.339.465)
Impostos a pagar	**803.521**	(662.793)	**799.201**	(608.796)
Outros passivos	**608.383**	223.461	**609.395**	223.461
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(2.950.865)**	(2.776.671)	**(2.642.500)**	(2.611.989)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(10.871.808)**	(2.007.480)	**(10.956.624)**	(2.061.480)
Aporte de capital em controlada	**-**	(10.000)	**-**	-
Caixa líquido aplicados nas/provenientes das atividades de financiamento	**(10.871.808)**	(2.017.480)	**(10.956.623)**	(2.061.480)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(281.514)**	(560.404)	**(281.514)**	(560.404)
Captação de mútuo	**13.569.217**	-	**13.569.217**	
Dividendos e JSCP pagos	**-**	(526.387)	**-**	(526.387)
Caixa líquido aplicados nas/provenientes das atividades de financiamento	**13.287.703**	(1.086.791)	**13.287.703**	(1.086.791)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(534.970)**	(5.880.942)	**(311.421)**	(5.760.260)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**4.178.955**	10.059.897	**4.299.637**	10.059.897
No final do exercício	**3.643.985**	4.178.955	**3.988.216**	4.299.637
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(534.970)**	(5.880.942)	**(311.421)**	(5.760.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa	**20.215**	23.652	**20.215**	23.652
Bancos	**1.704.652**	134.592	**1.801.722**	145.274
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**1.919.118**	4.020.711	**2.166.279**	4.130.711
Total	**3.643.985**	4.178.955	**3.988.216**	4.299.637

As aplicações financeiras de curto prazo e, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos apurados até 31 de dezembro de 2021. Os rendimentos são apropriados *"pro rata temporis"* e as aplicações realizadas em instituições financeiras em diversidade suficiente para evitar concentrações de disponibilidades.

Aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados a uma taxa média de 96,95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Fundos DI em 31 de dezembro 2021.

4. Contas a receber de clientes

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valores a receber de clientes	**1.118.555**	495.393	**1.290.796**	617.187
Valores a receber de cartões de créditos	**2.381.167**	943.687	**2.381.167**	943.687
Hospedagem em curso	**231.328**	93.733	**231.328**	93.733
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(50.429)**	-	**(50.429)**	-
Total	**3.680.621**	1.532.813	**3.852.862**	1.654.607

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo no início do exercício	**-**	(43.941)	**-**	(43.941)
Provisão	**99.844**	144.854	**99.844**	144.854
Reversão	**(49.415)**	(100.913)	**(49.415)**	(100.913)
Saldo no final do exercício	**50.429**	-	**50.429**	-

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Valores vencidos				
1 a 90 dias	**32.671**	60.358	**32.671**	60.358
91 a 180 dias	**83.124**	124.092	**83.124**	124.092
Acima de 180 dias	**119.185**	115.206	**119.185**	115.206
Total vencidos	**234.980**	299.656	**234.980**	299.656
A vencer	**3.496.070**	1.233.157	**3.668.311**	1.354.951
Total	**3.731.050**	1.532.813	**3.903.291**	1.654.607

Em 31 de dezembro de 2020 não há registro de provisão para perda para devedores duvidosos, visto que o saldos vencidos se tratam de clientes que historicamente efetuam o pagamento com certo atrasado.

5. Adiantamentos

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 referem-se a adiantamentos realizados para os fornecedores contratados para a reforma do hotel localizado na Avenida Sete de Setembro.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamento reforma hotel	**4.065.921**	70.181	**4.065.921**	70.181
Total	**4.065.921**	70.181	**4.065.921**	70.181

A Companhia tem expectativa de compensar esses adiantamentos até julho de 2022, quando serão finalizadas as obras do restaurante, lobby, motor lobby, salas de eventos, academia e piscina e de cinco andares de apartamentos.

6. Impostos sobre o lucro

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no País em que a Companhia opera e gera receita tributável. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

continua na próxima página ----->

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7E83-2374-93D1-9201.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes dos impostos	(7.539.034)	(9.636.459)	(7.453.682)	(9.609.396)
À alíquota fiscal de 34%	2.563.272	3.276.396	2.534.251	3.267.195
Complemento de PCLD	17.146	100.912	17.146	100.912
Juros processos em andamento Prefeitura Municipal de Curitiba	15.863	83.680	15.863	83.680
Programa de participações do resultado	-	(469.652)	-	(469.652)
Imposto diferido não reconhecido	(2.605.189)	(2.828.732)	(2.605.189)	(2.828.732)
Doações	-	10.671	-	10.671
Indenizações	(9.860)	(185.361)	(9.860)	(185.361)
Equivalência patrimonial	121.731	79.043	-	-
Outros	(102.963)	12.086	104.121	21.287
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	-	85.353	27.063
Alíquota efetiva	0%	0%	1%	0%

6. Impostos sobre o lucro--Continuação

A Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nesta data possui saldo acumulado de R$ 7.662.319 (R$ 10.084.122 em 31 de dezembro de 2020). A Administração optou por não registrar o crédito tributário sobre mencionado prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bem como das diferenças temporárias devido à ausência de evidência de realização nos próximos anos.

7. Investimentos - Controladora

Informações sobre os investimentos - 31/12/2021

	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	% no capital	Equivalência	Investimento
HCC Hotels Gestão Hoteleira Ltda.	600.510	358.031	100%	358.031	600.510
				358.031	600.510

Informações sobre os investimentos - 31/12/2020

	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	% no capital	Equivalência	Investimento
HCC Hotels Gestão Hoteleira Ltda.	242.479	232.479	100%	232.479	242.479
				232.479	242.479

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	242.479	-
Aporte de capital	-	10.000
Equivalência patrimonial	358.031	232.479
Saldo no final do exercício	600.510	242.479

As principais informações sobre a controlada a qual possui exercício social também encerrado em 31 de dezembro 2021, estão apresentadas a seguir:

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro/ prejuízo
HCC Hotels Gestão Hoteleira Ltda.	516.471	138.815	54.776	-	600.510	893.117	358.031

8. Imobilizado e intangível

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada.

Está demonstrado ao custo de aquisição e ajustado por depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, as taxas determinadas pela legislação tributária. A administração avaliou as eventuais divergências entre a aplicação de uma taxa de depreciação que corresponda à efetiva vida útil dos bens, concluindo que as variações não são relevantes, motivo pelo qual houve a manutenção da depreciação segundo os prazos de vida útil fiscal.

A composição do ativo imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

Controladora	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Sinalização	Direito e uso da marca	Imobilizado em andamento	Total
Custo											
Em 31 de dezembro de 2019	11.085.590	61.480.328	1.935.747	8.307.712	11.594.932	1.466.799	493.787	209.117	24.190	976.038	97.574.240
Adições	-	429.469	77.616	77.241	-	61.230	-	-	-	1.361.924	2.007.480
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(537.658)	(537.658)
Em 31 de dezembro de 2020	11.085.590	61.909.797	2.013.363	8.384.953	11.594.932	1.528.029	493.787	209.117	24.190	1.800.304	99.044.062
Adições	**1.046.559**	**-**	**115.346**	**-**	**-**	**23.513**	**-**	**-**	**-**	**9.686.390**	**10.871.808**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**(1.503.633)**	**(2.291.181)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(845.633)**	**(4.640.447)**
Em 31 de dezembro de 2021	**12.132.149**	**61.909.797**	**2.128.709**	**6.881.320**	**9.303.751**	**1.551.542**	**493.787**	**209.117**	**24.190**	**10.641.061**	**105.275.423**
Depreciação											
Em 31 de dezembro de 2019	-	(27.770.186)	(1.224.708)	(5.169.110)	(7.521.795)	(1.019.992)	(115.792)	(112.071)	(24.190)		-(42.957.844)
Depreciação	-	(2.435.920)	(130.319)	(649.166)	(828.715)	(134.354)	(19.751)	(16.559)	-		- (4.214.784)
Em 31 de dezembro de 2020	-	(30.206.106)	(1.355.027)	(5.818.276)	(8.350.510)	(1.154.346)	(135.543)	(128.630)	(24.190)		-(47.172.628)
Depreciação		**(2.445.563)**	**(120.155)**	**(555.833)**	**(680.200)**	**(114.934)**	**(19.751)**	**(16.561)**	**-**		**- (3.952.997)**
Baixas				**1.484.110**	**2.279.113**	**-**	**-**	**-**			**3.763.223**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(32.651.669)**	**(1.475.182)**	**(4.889.999)**	**(6.751.597)**	**(1.269.280)**	**(155.294)**	**(145.191)**	**(24.190)**		**-(47.362.402)**
Em 31 de dezembro de 2020	11.085.590	31.703.691	658.336	2.566.677	3.244.422	373.683	358.244	80.487	-	1.800.304	51.871.434
Em 31 de dezembro de 2021	**12.132.149**	**29.258.128**	**653.527**	**1.991.321**	**2.552.154**	**282.262**	**338.493**	**63.926**	**-**	**10.641.061**	**57.913.021**

Consolidado	Terrenos	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Sinalização	Direito e uso da marca	Imobilizado em andamento	Total
Custo											
Em 31 de dezembro de 2019	11.085.590	61.480.328	1.935.747	8.307.712	11.594.932	1.466.799	493.787	209.117	24.190	976.038	97.574.240
Adições	-	429.469	77.616	77.241	-	61.230	-	-	54.000	1.361.924	2.061.480
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(537.658)	(537.658)
Em 31 de dezembro de 2020	11.085.590	61.909.797	2.013.363	8.384.953	11.594.932	1.528.029	493.787	209.117	78.190	1.800.304	99.098.062
Adições	**1.046.559**	**-**	**115.346**	**-**	**-**	**23.514**	**-**	**-**	**84.815**	**9.686.390**	**10.956.623**
Baixas				**(1.503.633)**	**(2.291.181)**	**-**	**-**	**-**		**(845.634)**	**(4.640.448)**
Em 31 de dezembro de 2021	**12.132.149**	**61.909.797**	**2.128.709**	**6.881.320**	**9.303.751**	**1.551.543**	**493.787**	**209.117**	**163.005**	**10.641.060**	**105.414.238**
Depreciação											
Em 31 de dezembro de 2019	-	(27.770.186)	(1.224.708)	(5.169.110)	(7.521.795)	(1.019.992)	(115.792)	(112.071)	(24.190)		-(42.957.844)
Depreciação	-	(2.435.920)	(130.319)	(649.166)	(828.715)	(134.354)	(19.751)	(16.559)	-		- (4.214.784)
Em 31 de dezembro de 2020	-	(30.206.106)	(1.355.027)	(5.818.276)	(8.350.510)	(1.154.346)	(135.543)	(128.630)	(24.190)		-(47.172.628)
Depreciação		**(2.445.563)**	**(120.155)**	**(555.833)**	**(680.200)**	**(114.934)**	**(19.751)**	**(16.561)**	**-**		**- (3.952.997)**
Baixas	-	-	-	1.484.110	2.279.113	-	-	-	-		3.763.223
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(32651669)**	**(1.475.182)**	**(4.889.999)**	**(6.751.597)**	**(1.269.280)**	**(155.294)**	**(145.191)**	**(24190)**		**-(47.362.402)**
Em 31 de dezembro de 2020	11.085.590	31.703.691	658.336	2.566.677	3.244.422	373.683	358.244	80.487	54.000	1.800.304	51.925.434
Em 31 de dezembro de 2021	**12.132.149**	**29.258.128**	**653.527**	**1.991.321**	**2.552.154**	**282.263**	**338.493**	**63.926**	**138.815**	**10.641.060**	**58.051.836**

9. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores	719.220	394.494	723.308	394.494
Serviços públicos	88.247	111.781	88.247	111.781
Contratos	427.875	209.547	427.875	209.547
Repasse a terceiros	363.734	64.608	363.734	64.608
Aluguel fixo e variável	112.145	-	112.145	-
Total	1.711.221	780.430	1.715.309	780.430

10. Empréstimos e financiamentos

A Companhia adquiriu financiamento bancário junto BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com a finalidade de construir um novo empreendimento hoteleiro os quais serão pagos em parcelas mensais e anuais acrescido de juros. O total a pagar referente aos contratos em aberto está demonstrado a seguir:

				Controladora		Consolidado	
Modalidade	Moeda	Taxa de juros	Vencimento	2021	2020	2021	2020
Financiamento BNDES Subcrédito A	R$	3,5% a.a. acima da TJLP	15/07/2024	-	4.309.670		4.309.670
Financiamento BNDES Subcrédito B	R$	3,5% a.a. acima da TR	15/07/2024	9.953.373	8.296.138	9.953.373	8.296.138
Financiamento BNDES Subcrédito C	R$	6% a.a.	15/07/2024	47.789	65.166	47.789	65.166
Financiamento BNDES Subcrédito R	R$	3,5% a.a. acima da TR	15/07/2026	4.553.447	-	4.553.447	-
Total				14.554.609	12.670.974	14.554.609	12.670.974
							-
Circulante				3.122.671	2.913.759	3.122.671	2.913.759
Não Circulante				11.431.938	9.757.215	11.431.938	9.757.215

Não há cláusulas de *covenants* financeiros nos contratos de empréstimos.

O prédio localizado na Avenida Sete de Setembro, 4211 foi dado em garantia ao banco Bradesco para emissão da carta fiança ao BNDES.

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

Ano	Saldo
2023	2.286.387
2024	2.286.387
2025	2.286.387
2026	2.286.387
2027	2.286.390
Total	**11.431.938**

11. Partes relacionadas

Durante o exercício a Companhia firmou dois contratos de mútuos com seus acionistas para reforma do hotel localizado na Avenida Sete de Setembro. O primeiro contrato será pago em 48 parcelas após 24 meses de carência e o segundo contrato será pago em 60 parcelas após carência de 24 meses.

	2021	2020
Plenaventura Participações S.A.	7.840.244	-
Brilia Participações S.A	352.086	-
WD Administrações e Participações Ltda.	1.261.192	-
Cordilheira Empreendimentos Imobiliários S.A.	499.367	-
ERW Participações S.A.	1.760.723	-
Blamm Administração de Bens e Participações Ltda.	496.713	-
Sukha – Participações Societárias Ltda.	496.495	-
Haviva Participações Societárias Ltda.	496.464	-
Jacob Reicher	172.666	-
Beno Reicher	172.638	-
Dan Reicher	172.678	-
Paola Taranta de Figueiredo Fiusa	51.842	-
Arthur Taranta de Figueiredo	51.843	-
Gerson Mazer	172.528	-
Ronit Mazer Sauerman	173.186	-
Total	**14.170.665**	**-**

O juros do contrato do primeiro contrato é formado pelo CDI + 1,5% a.a. e o juros do segundo contrato é formado pelo CDI + 3% a.a.

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

Ano	Saldo
2023	1.106.155
2024	3.049.382
2025	3.049.382
2026	3.049.382
2027	2.600.908
2028	1.315.456
	14.170.665

12. Obrigações e provisões trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários a pagar	222.932	140.282	222.932	140.282
INSS a recolher	133.598	76.232	133.598	76.232
FGTS a recolher	37.122	30.224	37.122	30.224
Provisões de férias e encargos sobre provisões	479.311	383.677	479.311	383.677
Outras obrigações trabalhistas a pagar	586.709	120.883	586.709	120.883
Total	1.459.672	751.298	1.459.672	751.298

13. Provisão para litígios

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apresentou os seguintes saldos de depósitos judiciais e provisões para riscos trabalhistas:

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
Natureza	2021	2020	2021	2020
Tributária	320.184	320.184	320.184	320.184
Trabalhista	27.426	11.129	27.426	11.129
	347.610	331.313	347.610	331.313

Provisão para litígios

Natureza	2021	2020	2021	2020
Tributária	1.049.911	930.863	1.049.911	930.863
Trabalhista	390.847	344.190	390.847	344.190
	1.440.758	1.275.053	1.440.758	1.275.053

A movimentação das provisões para litígios está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Provisão para litígios - Tributária	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	930.863	1.122.275	930.863	1.122.275
Provisão juros/atualização processos	152.940	83.680	152.940	83.680
Estorno de provisão	(33.892)	(275.093)	(33.892)	(275.093)
Saldo no final do exercício	1.049.911	930.863	1.049.911	930.863
Provisão para litígios - Trabalhistas	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo no início do exercício	344.190	258.208	344.190	258.208
Provisão novos processos e atualização	80.007	221.025	80.007	221.025
Estorno de provisões	(33.350)	(135.043)	(33.350)	(135.043)
Saldo no final do exercício	390.847	344.190	390.847	344.190

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Provisões de natureza trabalhista: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-colaboradores, e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Provisões de natureza tributária: as ações estão relacionadas a processos junto à Prefeitura Municipal de Curitiba.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída, conforme apresentado, é suficiente para cobrir a totalidade das perdas prováveis com os processos judiciais.

A Companhia também é parte envolvida em processos trabalhistas, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. O montante de causas possíveis é de R$ 38.000 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 107.000 em 31 de dezembro de 2020).

14. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Administração financeira de risco

A Companhia possui exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

a) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente ou do grupo comercial/financeiro do qual o mesmo faz parte.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é administrado pela Companhia de acordo com suas políticas. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

b) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2021 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

2021	Valor contábil	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano	Valor contábil	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedores	1.711.221	1.711.221	-	1.715.309	1.715.309	-
Empréstimos e financiamentos	28.725.274	3.122.671	25.602.603	28.725.274	3.122.671	25.602.603
Partes relacionadas	14.170.665	-	14.170.665	14.170.665	-	14.170.665
	44.607.160	4.833.892	39.773.268	44.611.248	4.837.980	39.773.268

2020	Valor contábil	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano	Valor contábil	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedores	780.430	780.430	-	780.430	780.430	-
Empréstimos e financiamentos	12.670.974	2.913.759	9.757.215	12.670.974	2.913.759	9.757.215
	13.451.404	3.694.189	9.757.215	13.451.404	3.694.189	9.757.215

c) *Garantias*

A Companhia possui uma carta fiança junto ao Banco Bradesco S/A para garantia do Financiamento do BNDES. O prédio localizado na Avenida Sete de setembro, 4211 foi dado em garantia ao banco Bradesco para emissão da carta fiança ao BNDES.

15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos na Nota 2. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo;
- Contas a receber: as contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para devedores duvidosos, quando aplicável;
- Fornecedores: corresponde aos valores conhecidos e calculáveis provenientes da aquisição de bens e serviços;
- Empréstimos e financiamentos: e corresponde aos valores conhecidos e calculáveis provenientes de financiamento e capital de giro, seu valor contábil reflete seu valor justo.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social no valor de R$33.292.778 (trinta e três milhões, duzentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e oito reais), está composto de 24.478.094 cotas a um preço de exercício de R$1,36 (Um real e trinta e seis centavos) por cota. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2021 é assim apresentada:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Plenaventura Participações S.A.	13.277.333	54,24%
Brilia Participações S.A.	596.172	2,44%
Cordilheira Empreendimentos Imobiliários S.A.	2.980.857	12,18%
ERW Participações S.A	2.980.857	12,18%
Blamm Adm de Bens e Part.Ltda	840.652	3,43%
Sukha Part. Societárias Ltda	840.652	3,43%
Haviva Participações Societárias Ltda.	840.652	3,43%
Anat Reicher Feldman	298.085	1,22%
Beno Reicher	298.086	1,22%
Dan Reicher	298.086	1,22%
Paola Taranta de Figueiredo	315.245	1,29%
Arthur Taranta de Figueiredo	315.245	1,29%
Gerson Mazer	298.086	1,22%
Ronit Mazer Sauerman	298.086	1,22%
Total	**24.478.094**	**100%**

b) Reserva de capital

A reserva de capital no montante de R$1.137.617 refere-se a ágio na emissão de ações da Companhia.

c) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, ou, quando acrescida da reserva de capital limitada a 30% do capital social. Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não constituiu reserva legal.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 5% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e juros sobre capital próprio, conforme estatuto social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não auferiu lucro para ser distribuído.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo do exercício	(7.539.304)	(9.636.459)
	(7.539.304)	(9.636.459)

17. Receita líquida

A receita líquida de venda apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de prestação de serviços	24.447.357	17.839.178	25.425.043	18.143.069
Receita de venda de mercadoria	3.619.104	2.566.668	3.619.104	2.566.668
Imposto sobre vendas e outras deduções	(4.276.866)	(2.414.146)	(4.361.435)	(2.440.433)
Total receita líquida	23.789.595	17.991.700	24.682.712	18.269.304

18. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas por função				
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	15.565.301	13.317.685	15.565.301	13.317.685
Despesas de vendas	363.775	493.417	365.095	493.417
Despesas administrativas e gerais	12.912.577	12.823.837	13.366.276	12.841.899
Total	28.841.653	26.634.939	29.296.672	26.653.000
Despesas por natureza				
Despesas com pessoal	8.271.687	6.745.578	8.313.010	6.745.578
Assessoria e consultoria	450.045	940.905	747.045	940.905
Custos das mercadorias	2.737.566	1.648.643	2.737.566	1.648.643
Depreciação e amortização	3.952.997	4.214.784	3.952.997	4.214.784
Serviços de gerenciamentos	561.267	439.454	561.267	439.454
Serviços prestados terceiros	1.480.284	1.727.681	1.480.284	1.745.743
Comissões sobre vendas	1.243.744	1.038.017	1.243.744	1.038.017
Comissões sobre cartão de crédito	402.276	281.653	402.276	281.653
Energia elétrica	1.108.272	1.122.970	1.108.272	1.122.970
Água	311.108	321.718	311.108	321.718
Gás	222.137	249.438	222.137	249.438
Manutenção	648.476	617.055	670.594	617.055
Viagens e estadias	22.695	118.180	72.974	118.180
Telefonia	132.220	151.574	132.220	151.574
Propaganda e publicidade	299.745	357.550	301.065	357.550
Promoção de vendas	62.629	117.647	62.629	117.647
Brindes	1.401	141	1.401	141
Despesa com treinamentos	16.293	69.865	16.293	69.865
Taxa de Reservas	240.019	275.727	240.019	275.727
Taxa de condomínio	1.145.472	1.233.178	1.145.472	1.233.178
Materiais de consumo	879.431	642.457	882.507	642.457
Aluguéis fixos e variáveis	169.210	47.143	169.210	47.143
IPTU e seguros	943.918	946.393	943.918	946.393
Outros custos e despesas	3.538.761	3.327.189	3.578.664	3.327.187
Total	28.841.653	26.634.939	29.296.672	26.653.000

19. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendimento em aplicações financeiras	105.364	183.675	112.339	183.675
Multa e juros	1.653	1.630	1.653	1.630
Descontos obtidos	2.199	1.237	2.199	1.237
	109.216	186.542	116.191	186.542
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(95.084)	(130.892)	(95.084)	(130.892)
IOF	(256.186)	-	(256.186)	-
Juros	(2.791.214)	(1.429.289)	(2.791.674)	(1.429.289)
Despesas bancárias	(17.422)	(25.672)	(18.651)	(25.672)
	(3.159.906)	(1.585.853)	(3.161.595)	(1.585.853)
	(3.050.690)	(1.399.311)	(3.045.404)	(1.399.311)

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes cobertos por seguros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão apresentados abaixo:

Risco coberto	Cobertura
Risco danos materiais totais	195.601.407
Risco responsabilidade civil geral	10.000.000
Risco responsabilidade civil de Administradores e Diretores	10.000.000
Risco garantia judicial para execução fiscal	721.898
TOTAL	216.323.305

DIRETOR PRESIDENTE: **Elias Rodrigues**
DIRETORA FINANCEIRA: **Márcia Coelho Berwanger**
CONTADORA: **Márcia Coelho Berwanger** CRC-PR 047572/O-9

continua na próxima página ----->

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7E83-2374-93D1-9201.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do **Hotel Curitiba Capital S.A.** Curitiba (PR)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hotel Curitiba Capital S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba (PR), 21 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora CRC-SC025678/O-3 T-P

ATENÇÃO GESTOR

LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

BEM PARANÁ

abra legal
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7E83-2374-93D1-9201.

Mova Mais Serviços Digitais S.A.

Av. Presidente Getúlio Vargas, 2219 - Rebouças - Curitiba/PR. CNPJ: 22.182.079/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - *(VALORES EXPRESSOS DE REAIS)*

Senhores Acionistas, Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras da ***Mova Mais Serviços Digitais S.A. ("Sociedade")***, bem como, as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício de 2021.

Balanços patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 - *(Valores expressos em reais)*

Ativo

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-
Impostos a compensar	5	1.711	3.609
		1.711	**3.610**
Não circulante			
Imobilizado	6	-	41
		-	**41**
Total Ativo		**1.711**	**3.650**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2021	2020
Não circulante			
Partes relacionadas	7	-	2.411.235
		-	**2.411.235**
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	8	4.435.165	2.012.165
Prejuízos acumulados		(4.433.455)	(4.419.750)
		1.711	**(2.407.584)**
Total passivo e patrimônio líquido		1.711	3.650

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. *(Valores expressos em reais)*

1. Contexto operacional

A Mova Mais serviços digitais S.A. foi constituída em 18 de Março de 2015 e possui sede na cidade de Curitiba-PR. Tem como atividade econômica principal serviços de comunicação via internet, incluindo o desenvolvimento e manutenção de portais de conteúdo e serviços, venda de espaço publicitário em sites da internet, venda de serviços digitais e assinaturas de serviços digitais entre outros serviços relacionados a internet. A Sociedade disponibiliza um aplicativo de atividades físicas, no qual é possível que os usuários controlem suas atividades por meio do aplicativo e desafia os mesmos com metas diárias, fornecendo pontos para troca de benefícios assim que as metas são cumpridas.

No dia 30 de Setembro de 2021, em assembleia geral extraordinária, os sócios decidiram pela dissolução da companhia, encerrando assim suas atividades.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de PronunciamentosContábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 10 de maio de 2022.

Após sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar asdemonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras,e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmenteé baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em Real (R$),que é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Uso de estimativas

A Empresa realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas.As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocarum ajuste importante nos valores contábeis de ativos epassivos dentro dopróximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

3.3. Instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros

A empresa classifica seus ativos financeiros em uma das categorias discutidas abaixo, dependendo da finalidade.

Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com o CPC 3, são representados por dinheiro e aplicações financeiras de liquidez com prazo de até 90 dias quepossuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentesde caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atendera compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outrosfins. As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo deaquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Imobilizado

A depreciação é calculada linearmente com base no prazo estimado de vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, de acordo com as alterações introduzidas pela ICPC 10 - Interpretação sobrea Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentodos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Equivale aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive osdecorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controlesdos bens da Sociedade. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido dasrespectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetidoa teste de "*impairment*".

Intangível

O Intangível é registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculadapelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimadodos bens. O intangível não supera seu provável valor de recuperação (*Impairment test*).

Ativos e passivos não financeiros

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Não são aplicáveis ajustes ao valor presentelíquido e/ ou ao valor justo de realização.

***Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificaçãode *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstânciasindicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valorjusto de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente(Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto oágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

Passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargose variações monetárias ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

3.4. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios econsidera:

* Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos; e
* Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

3.5. Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor.

3.6. Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de seus serviços no curso normal das atividades.

O reconhecimento da receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. A receita é reconhecida no período de competência.

3.7. CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentosfinanceiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada nomodelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seusfluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

3.8. CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Clientes

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17(IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidasquando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de formaconfiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidascom base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

3.9. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estãoem vigor

As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accouting Standards Board (IASB).

• Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
• Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

4. Caixas e Equivalentes de caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Banco Santander	-	-
	-	**-**

A conta bancária da empresa foi encerrada em 25 de Agosto de 2021, com saldo zero tanto na conta corrente como nas aplicações financeiras.

5. Impostos a compensar

	31.12.2021	31.12.2020
IRRF a recuperar	1.171	3.099
CSLL a recuperar	539	510
	1.711	**3.609**

Não foi possível a recuperação dos valores de IRRF e CSLL pela companhia.

6. Imobilizado

	Saldo inicial em 1º.01.2021	Movimentação Baixas	Custo corrigido	Depreciação acumulada
Equipamentos de TI	77.525	15.000	62.525	(62.525)
Infraestrutura	6.380	-	6.380	(6.380)
	83.905	**15.000**	**68.905**	**(68.905)**

	Valor líquido 2021	Valor líquido 2020
Equipamentos de TI	-	41
Infraestrutura	-	-
	-	**41**

7. Partes relacionadas

	31.12.2021	31.12.2020
Partes Relacionadas ND T-BDH	-	781.919
Mútuos T-BDH	-	1.629.315
	-	**2.411.235**

Os valores entre partes relacionadas foram quitados antes do encerramento das atividades da empresa Mova Mais.

8. Capital Social

De acordo ata da assembleia geral extraordinária (AGE), realizada em 17 de Março de 2021, houve aumento de capital pelo acionista Fundo de Investimentos em Participações T-BDH F2 (*nova denominação de Fundo de Investimentos em Participações Potentia Bioenergy*) no valor de R$ 2.423.000 integralizado em 23 de Abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totaliza R$ 4.435.180, conformerelacionado a seguir:

	Número de quotas	Valor em R$
Fundo de Investimentos em Participações T-BDH F2	1.177.762	3.924.500
Marco Vinicius Teixeira Gomes	255.340	255.340
Fernando Everton Pinheiro de Aquino	255.340	255.340
Capital social a integralizar	(6)	(15)
	1.688.442	**4.435.165**

9. Despesas Administrativas

	31.12.2021	31.12.2020
Serviços terceiros	44.558	189.806
Assinaturas e anuidades	2.040	722
Comunicações	-	4.723
Tributos e taxa	-	45
Impressões e gráficas	5.090	5.080
Outras despesas	-	89.351
Depreciação/amortização	42	517.122
	51.730	**806.849**

Os serviços prestados por pessoa jurídica são referentes aos seguintes serviços:

	31.12.2021	31.12.2020
Consultoria jurídica	9.067	131.935
Auditoria	13.119	10.449
Serviços contábeis	16.472	27.716
Serviços de TI	3.758	13.681
Serviços de Marketing	-	1.315
Serviços ERP	2.142	4.710
	44.558	**189.806**

10. Outras receitas não operacionais

	31.12.2021	31.12.2020
Receita na alienação de imobilizado	15.000	-
Perdão de dívida	45.119	-
	60.119	**-**

11. Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras	**200**	**-**
Juros auferidos	200	-
Despesas financeiras	**(22.294)**	**(70.583)**
PIS sobre receita financeira	(293)	-
COFINS sobre receita financeira	(1.805)	-
Juros pagos ou incorridos	(11.033)	(40.852)
Tarifas bancárias	(1.490)	(1.722)
IOF	(7.673)	(26.936)
Variação Cambial	-	(894)
Outras despesas financeiras	-	(180)
	(22.094)	**(70.583)**

12. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade não possuia operações envolvendo aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos registradas, no ativo circulante e nos passivos circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, não existiam operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos e/ou não registrados contabilmente.

Gerenciamento de riscos Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada.

Composição dos saldos

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Fornecedores	-	-
	-	**-**

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

a. Caixa e equivalentes;

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores demercado idênticos aos saldos contábeis.

* informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podemafetar significativamente as estimativas apresentadas.

Sandra Menezes da Silva – CPF 073 534 557-05 Diretora
Fernando Quintanilha Batista – CRC/PR 073940/O-0 Contador

Demonstrações dos resultados dos exercícios Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Custos dos Serviços Prestados		-	(84.446)
Lucro bruto		**-**	**(84.446)**
Despesas/(receitas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	9	(51.730)	(806.849)
Outras receitas (Despesas)	10	60.119	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**8.389**	**(891.294)**
Despesas financeiras	11	(22.294)	(70.583)
Receitas financeiras	11	200	-
Prejuízo do exercício		**(13.705)**	**(961.878)**

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	**(13.705)**	**(961.878)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**(13.705)**	**(961.878)**

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuizo do exercício	(13.705)	(961.878)
Depreciação/Amortização	41	6.442
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Adiantamentos	-	13.912
Impostos a recuperar	1.898	65.014
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Obrigações fiscais e tributárias	-	(25.305)
Recursos líquidos provenientes (aplicados) das atividades operacionais	**(11.766)**	**(901.815)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos com partes relacionadas	(2.411.235)	390.936
Integralização de capital	2.423.000	510.666
Recursos líquidos aplicados (absorvidas) nas atividades de financiamentos	**11.765**	**901.602**
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**0**	**(213)**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	-	213
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(213)

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 - *(Valores expressos em reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	**2.012.165**	**(3.457.872)**	**(1.445.707)**
Lucro líquido do exercício	-	(961.878)	(961.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**2.012.165**	**(4.419.751)**	**(2.407.585)**
Aumento de Capital	2.423.000	-	2.423.000
Capital social a Integralizar	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	(13.705)	(13.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.435.165**	**(4.433.455)**	**1.711**

As notas explicativas são parte das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Mova Mais Serviços Digitais S.A.
Curitiba- PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Mova Mais Serviços Digitais S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 08 de novembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **Mova Mais Serviços Digitais S.A.** em 08 de novembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada 'Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis'. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 01 - Contexto Operacional, em 30 de setembro de 2021, em Assembleia Geral, os sócios deliberaram pela dissolução da Companhia. As demonstrações foram elaboradas e apresentadas levando em consideração esta decisão. Em 08 de novembro de 2021, foram efetuados os lançamentos contábeis de extinção da Companhia.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Mova Mais Serviços Digitais S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Mova Mais Serviços Digitais S.A.** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de junho de 2022

.BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9
Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC SP 143624-O/T – S – PR

www.bemparana.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7E83-2374-93D1-9201.

CATARATAS DO IGUAÇU S/A
CNPJ 03.119.648/0001-70 - NIRE 413.0001700-0

Ata da Sexagésima Segunda Assembleia Geral Extraordinária realizada por video-conferência em 04/07/2022. 1. Realização: Dia 04/07/2022, às 14h30, por videoconferência, através do Google Meet, conforme link enviado previamente a todos, pela Diretoria. **2. Convocação e Presenças**: Dispensada a convocação pelo comparecimento de 100% (cem por cento) dos acionistas (art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76). **3. Composição da Mesa**: Presidente: Sr. David Soifer e Secretário: Sr. Mario de Salles Oliveira Malta Neto. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, para distribuição privada, no montante total de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Notas Comerciais Escriturais" e "Emissão"), pela Companhia, mediante a celebração do "*Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Privada, da Cataratas do Iguaçu S.A.*" ("Termo de Emissão"), entre a Companhia, a Eco-Noronha S/A ("Eco-Noronha"), a Paineiras-Corcovado Ltda. ("Paineiras" e, em conjunto com a Eco-Noronha, as "Garantidoras"), o Banco BTG Pactual S.A. ("Titular") e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente de Registro"), nos termos da Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei nº 14.195"); **(ii)** a outorga de alienação fiduciária, pela Companhia, para garantir o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), sobre a (ii.a) totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Eco-Noronha detidas pela Companhia (as "Ações da Eco-Noronha"); (ii.b) totalidade das quotas representativas de 52% (cinquenta e dois por cento) do capital social da Paineiras (as "Quotas da Paineiras"); (ii.c) a totalidade e quaisquer frutos, rendimentos, vantagens e direitos que a Companhia venha a deter com relação às Ações da Eco-Noronha e às Quotas da Paineiras (os itens (ii.a), (ii.b) e (ii.c) em conjunto, a "Alienação Fiduciária de Ações e Quotas"), mediante a celebração do "*Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações, Quotas e Outras Avenças*" ("Contrato de AF de Ações e Quotas"); **(iii)** a celebração, na qualidade de interveniente anuente, do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*" ("Contrato de CF de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de AF de Ações e Quotas, os "Contratos de Garantia"); **(iv)** a outorga de procuração irrevogável e irretratável pela Companhia com prazo vinculado ao período de duração das Notas Comerciais Escriturais, no âmbito do Contrato de AF de Ações e Quotas ("Procuração"); e **(v)** autorização para a Companhia celebrar, por seus diretores, administradores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados às deliberações abaixo, tais como contratos, títulos de crédito, procuração, avisos e outros documentos, bem como praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes deliberações: **(i)** autorizar a Companhia realizar a Emissão das Notas Comerciais Escriturais, mediante a celebração do Termo de Emissão, de acordo com os termos e condições abaixo. Os termos iniciados em letras maiúsculas que forem utilizados nesta ata, mas que não sejam aqui expressamente definidos, terão os significados a eles atribuídos no Termo de Emissão: 1. Número da Emissão: A Emissão objeto do Termo de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia; 2. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de até R$ 50.000.000,00 (cinquanta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"); 3. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); 4. Série: A Emissão será realizada em série única; 5. Quantidade: Serão emitidas até 50.000 (cinquenta mil) Notas Comerciais Escriturais; 6. Escriturador: o agente de registro das Notas Comerciais Escriturais será a Oliveira Trust DTVM S.A., instituição financeira com filial na cidade e São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 1052, 13ª andar, sala 132, parte, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34. A Companhia também contratará o Agente de Registro de Notas Comerciais Escriturais para prestar os serviços de escrituração, nos termos da legislação e regulamentação vigente, das Notas Comerciais Escriturais ("Escriturador" e "Escrituração", respectivamente); 7. Procedimento de Distribuição: As Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição privada em titularidade inicial do Titular, sem qualquer esforço de venda perante o público em geral realizado por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários; 8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será a data de emissão indicada no Termo de Emissão ("Data de Emissão"); 9. Forma e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato de conta emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela Escrituração; 10. Conversibilidade: As Notas Comerciais Escriturais não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; 11. Tipo: As Notas Comerciais Escriturais contarão com garantias reais e garantias fidejussórias adicionais; 12. Garantia Fidejussória: Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de quaisquer das obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, perante o Titular no âmbito da Emissão, nos termos do Termo de Emissão, o que inclui, mas não se limita, o pagamento das Notas Comerciais Escriturais, abrangendo o Valor Nominal Unitário e Remuneração, bem como o ressarcimento de todo e qualquer custo, encargo, despesa ou importância que comprovadamente venha a ser desembolsada pelo Agente de Registro ou pelo Titular por conta da constituição e/ou aperfeiçoamento das Garantias, e todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Companhia no âmbito do Termo de Emissão e dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), do Termo de Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, a encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários extrajudiciais ou arbitrados em juízo, indenizações, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pelo Titular em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Titular e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos ao Agente de Registro ou ao Titular, decorrentes do Termo de Emissão e dos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo), devidamente comprovados ("Obrigações Garantidas"), as Notas Comerciais Escriturais contarão com fiança das Garantidoras, que responderão, de maneira irrevogável e irretratável, como devedores solidários e principais pagadores pelo cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, até sua plena liquidação, nos termos do Termo de Emissão (as "Fianças"); 13. Garantias Reais: Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, as seguintes garantias reais serão constituídas por meio dos Contratos de Garantia: (i) alienação fiduciária sobre a (i.a) totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; (i.b) totalidade das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Eco-Noronha; (i.c) totalidade das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Paineiras (os itens (i.a), (i.b) e (i.c) em conjunto, os "Ativos Alienados Fiduciariamente"); e (i.d) a totalidade e quaisquer frutos, rendimentos, vantagens e direitos que a Companhia venha a deter com relação aos Ativos Alienados Fiduciariamente; e (ii) cessão fiduciária sobre a (ii.a) totalidade dos direitos creditórios, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pelas Garantidoras, contra todas e quaisquer credenciadoras de instrumentos de pagamento pós-pago (cartão de crédito) e instrumentos de pagamento de depósito à vista (cartão de débito) ("Credenciadoras") e contra todas e quaisquer Subscredenciadoras (conforme definido no Contrato de CF de Direitos Creditórios); e (ii.b) totalidade dos direitos creditórios, presente e futuros, inclusive, os Investimento Permitidos (conforme abaixo definidos), bem como quaisquer recursos eventualmente em trânsito, ou em compensação bancária decorrentes da titularidade de contas correntes de titularidade das Garantidoras; 14. Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto no Termo de Emissão, o vencimento final das Notas Comerciais Escriturais ocorrerá em 24 (vinte quatro) meses a contar da Data de Emissão, conforme descrito no Anexo I ao Termo de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, de resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e conforme previsto no Termo de Emissão; 15. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: As Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário na Data de Emissão. A liquidação financeira da integralização das Notas Comerciais Escriturais será realizada diretamente pelo Titular junto à Companhia, mediante a transferência dos recursos líquidos aplicáveis para a conta da Companhia junto ao Escriturador, conforme previsto no Termo de Emissão ("Conta Emissora"), fora do âmbito da B3 e em seguida será realizado na B3 o deposito sem financeiro; 16. Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente; 17. Remuneração das Notas Comerciais Escriturais: Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário, disponibilizado em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 4,95% (quatro inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme descrito no Anexo I do Termo de Emissão ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais em questão, data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido no Termo de Emissão) ou na data de eventual resgate antecipado (exclusive). O cálculo da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, obedecerá à formula prevista no Termo de Emissão, a qual atende aos requisitos definidos no caderno de fórmulas da B3; 18. Pagamento dos Juros Remuneratórios das Notas Comerciais Escriturais: O pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será feito: (i) em parcelas trimestrais e consecutivas a contar da Data de Emissão, conforme descrito no Anexo I ao Termo de Emissão; (ii) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido no Termo de Emissão); ou (iii) na data em que ocorrer eventual resgate antecipado, conforme previsto no Termo de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais será feito observando as regras e procedimentos adotados pela B3 em seus manuais e regulamento; 19. Amortização do Principal das Notas Comerciais Escriturais: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, ou de resgate antecipado, nos termos previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais será amortizado na data abaixo, conforme descrito no Anexo I ao Termo de Emissão:

Parcela	Data de Pagamento de Principal	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
1	Data de Vencimento	100%

20. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais Escriturais serão efetuados pela Companhia nos respectivos vencimentos, observados os procedimentos operacionais adotados pelo Agente de Registro e pela B3 em seus manuais e regulamento, nos casos em que as Notas Comerciais Escriturais estiverem registradas em sistema de registro da B3; 21.Prorrogação de Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Notas Comerciais Escriturais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados mediante débito automático na Conta Emissora (conforme definido no Termo de Emissão), hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo; 22. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida ao Titular, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); 23. Repactuação Programada: As Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada; 24. Resgate Antecipado Facultativo Total ou Parcial: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo a Companhia deverá realizar o pagamento de prêmio de resgate equivalente a (a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Valor Principal do Resgate Antecipado, multiplicado pelo prazo remanescente das Notas Comerciais Escriturais, caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado até o 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, e (b) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Valor Principal do Resgate Antecipado, multiplicado pelo prazo remanescente das Notas Comerciais Escriturais, caso o Resgate Antecipado Facultativo seja realizado entre o 13º (décimo terceiro) e o 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão. A partir do 19º (décimo nono) mês não será necessário o pagamento de qualquer prêmio para a realização do Resgate Antecipado Facultativo; 25. Resgate Antecipado Obrigatório Total: A Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Obrigatório Total") caso ocorra qualquer um dos seguintes eventos: (a) emissões primárias de ações da Companhia; (b) a venda, alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de forma direta ou indireta, a qualquer título das ações de emissão da Emissora; e (c) alteração do controle, direto ou indireto, da Companhia. Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório Total, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso); 26. Oferta de Resgate Antecipado: Mediante a ocorrência de qualquer distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pelas Garantidoras, a Companhia se obriga a realizar, em até 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data prevista para distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, a oferta de resgate antecipado parcial ou total das Notas Comerciais Escriturais, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais ("Oferta de Resgate Antecipado"), de acordo com os termos e condições previstos no Termo de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações; 27. Amortização Extraordinária: Não haverá amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais; 28. Vencimento Antecipado: O Titular, a seu exclusivo critério e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos do Termo de Emissão, e também cessar toda e qualquer integralização que ainda não tenha ocorrido, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos no Termo de Emissão, seja com relação à Companhia ou aos Garantidores ("Eventos de Vencimento Antecipado"); 29. Demais Características: As demais características das Notas Comerciais Escriturais e da Emissão encontrar-se-ão descritas na cártula das Notas Comerciais Escriturais e nos demais documentos a elas pertinentes: **(i)** aprovar a outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações e Quotas em favor do Titular, mediante a celebração do Contrato de AF de Ações e Quotas; **(ii)** aprovar a celebração, na qualidade de interveniente anuente, do Contrato de CF de Direitos Creditórios; **(iii)** aprovar a outorga da Procuração; e **(iv)** autorizar a Companhia a (a) celebrar, por seus diretores, administradores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados às deliberações aqui previstas, tais como contratos, aditamentos, emendas, procuração, avisos, atualização dos instrumentos societários da Companhia, e outros documentos, e ratificar a execução de todos os documentos e instrumentos contratuais necessários e relacionados às deliberações acima já celebrados pelos diretores, administradores e demais representantes da Companhia; (b) contratar instituições financeiras devidamente habilitadas para serem responsáveis pela prestação dos serviços de banco mandatário e custodiante de guarda física das Notas Comerciais, o Agente de Registro e a B3; e (c) contratar quaisquer outros prestadores de serviços necessários à Emissão e/ou às Notas Comerciais Escriturais. **6. Conclusão dos Trabalhos:** Sem mais, a assembleia foi encerrada, da qual se lavrou esta ata em forma de sumário, conforme faculta o §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que, depois de lida, foi aprovada e assinada digitalmente pelos membros da mesa que a presidiu e por todos os presentes. Mesa: David Soifer - Presidente; Mario de Salles Oliveira Malta Neto - Secretário. Acionistas: Brasil Investimentos 2014 I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; BRL Trust Investimentos Ltda., p. Rodrigo Martins Cavalcante. Brasil Investimentos 2014 II - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; BRL Trust Investimentos Ltda., p. Rodrigo Martins Cavalcante. Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda., Por: Rafael Ribeiro dos Santos Glück - Cargo: Administrador Não Sócio; Por: Felipe Reis Ribas Müller; Cargo: Administrador Não Sócio. Pattac Empreendimentos e Participações S/A, Por: Marcelo Leite Marder - Cargo: Diretor; Por: Camila Leite Marder - Cargo: Diretora. Dines Administração e Participações Ltda., Por: Alberto Cattalini - Cargo: Administrador Sócio; Soifer Participações Societárias S/A, Por: David Soifer - Cargo: Diretor Presidente; Salomão Soifer; FSX Participações S/A, Por: Raul Trauczynski - Cargo: Diretor; GS Participações Ltda., Por: Eduardo Francisco Sciarra - Cargo: Procurador. JUCEPAR sob o nº 20224458132, em 06/07/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Tha Pronto Consultoria de Imóveis S.A.

CNPJ nº 11.777.360/0001-10

Edital de Convocação

Thá Pronto Consultoria de Imóveis S.A., CNPJ nº 11.777.360/0001-10, com sede na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 48, Curitiba, Paraná, por sua acionista LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A., vem retificar a convocação para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** a ser realizada na sede da companhia, para que passe a constar que será realizada no endereço supramencionado e no dia **03 de agosto de 2022, quarta-feira, às 11 horas**, mantendo a mesma ordem do dia, qual seja: (i) Deliberar sobre as contas da administração e sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2018, 31/12/2019, 31/12/2020 e 31/12/2021; (ii) Discutir sobre aportes não realizados por parte da sócia IRTHA; (iii) Eleição de administradores da companhia. (iv) Discutir sobre as opções de venda de ações solicitadas por dois dos sócios minoritários.

Curitiba, 07/07/2022. **Thá Pronto Consultoria de Imóveis S.A.**

CATARATAS DO IGUAÇU S/A
CNPJ 03.119.648/0001-70 - NIRE 413.0001700-0

Ata da 150ª RCA realizada por videoconferência em 04/07/2022. 1. Realização: Dia 04/07/2022, às 13h00, por videoconferência, através do Google Meet, conforme link enviado previamente a todos, pela Diretoria. **2. Quórum:** Conselheiros presentes na sua totalidade, na forma do Estatuto Social. **3. Convocação:** Conforme Parágrafo Único do Artigo 19 do Estatuto Social, mediante comunicação entregue, via e-mail, com ciência de todos os Conselheiros. **4. Direção dos Trabalhos**: Presidente: Sr. David Soifer; Secretário: Sr. Mario de Salles Oliveira Malta Neto, ambos escolhidos na forma do Estatuto Social, com observância ao artigo 21 do Estatuto Social. **5. Ordem do Dia:** Aprovar: **(i)** a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na forma de fiança em favor dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da **Urbia Cataratas S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 46.984.425/0001-83 ("Debenturistas" e "Emissora", respectivamente), no valor total de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e demais disposições e regulamentações aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos a serem acordados no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Urbia Cataratas S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de emissora, a Companhia e a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap" e, em conjunto com a Companhia, as "Fiadoras"), na qualidade de fiadoras, e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.331.849/0001-18, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente), responsabilizam-se, na qualidade de fiadoras, devedoras individualmente solidárias junto à Emissora (observadas as proporções descritas abaixo) e principais pagadoras, pelo fiel e exato cumprimento de todas as Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 130 e 794 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil" e "Fiança", respectivamente); **(ii)** a outorga, pela Companhia, da **(ii.a)** alienação fiduciária da totalidade das ações, existentes e que venham a ser emitidas, de emissão da Emissora ("Ações Alienadas"); e **(ii.b)** cessão fiduciária em garantia de 100% (cem por cento) de todos os frutos, rendimentos, vantagens e remunerações que forem expressamente atribuídos às Ações Alienadas, inclusive dos dividendos, juros sobre capital próprio e reduções de capital a serem pagos pela Emissora (em conjunto a "Alienação Fiduciária de Ações"), de acordo com os termos e condições previstos no "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*", a ser celebrado entre as Fiadoras, na qualidade de outorgantes, o Agente Fiduciário, na qualidade de outorgado, e a Emissora, na qualidade de interveniente ("Contrato de Alienação Fiduciária"); **(iii)** a prática, pela Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, de todos e quaisquer atos que venham a ser necessários para formalização, efetivação e completa eficácia das matérias deliberadas em reunião, incluindo, mas não se limitando à: **(a)** negociação das demais condições das Debêntures; e **(b)** assinatura, pelos representantes da Companhia, de todos os documentos relacionados à Fiança e à Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Urbia Cataratas S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de emissora, as Fiadoras, na qualidade de fiadoras, e os coordenadores da Oferta Restrita ("Contrato de Distribuição"), bem como respectivos aditamentos a esses instrumentos, se for o caso, e a outorga da procurações, conforme aplicável; e **(iv)** a ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a outorga da Fiança e da Alienação Fiduciária de Ações, e necessários para a consecução das matérias constantes dos itens (i) e (iii) acima. **6. Deliberações:** Após exame dos itens constantes da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições: **(i)** A outorga, pela Companhia, da Fiança, em favor dos titulares das Debêntures, sendo que as Fiadoras não respondem solidariamente entre si pela Fiança, sendo certo que a Fiança prestada será proporcional à participação societária de cada fiadora na Emissora, conforme composição do capital social atual da Emissora, e estará limitada à proporção de 50% (cinquenta por cento) sobre as a totalidade das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura de Emissão) e nos demais documentos da Emissão, incluídos: (i) o Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura de Emissão), a Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão), os prêmios previstos na Escritura de Emissão e, se for o caso, os Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como todas as despesas, indenizações e custos devidos pela Emissora e pelas Fiadoras com relação às Debêntures; e (ii) eventuais custos necessários e comprovadamente incorridos pelos Debenturistas, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário, em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais comprovadamente necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas relacionados à Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantia e aos demais documentos da Emissão ("Obrigações Garantidas") para a Companhia e 50% (cinquenta por cento) sobre as Obrigações Garantidas para a Construcap; **(ii)** A outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária; **(iii)** Autorizar a prática, pela Diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, de todos e quaisquer atos que venham a ser necessários para formalização, efetivação e completa eficácia das matérias deliberadas em reunião, incluindo, mas não se limitando à: **(a)** negociação das demais condições das Debêntures; e **(b)** assinatura, pelos representantes da Companhia, de todos os documentos relacionados à Fiança e à Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando, a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação de quaisquer prestadores de serviços, bem como os respectivos aditamentos a esses instrumentos, se for o caso, e a outorga da procurações, conforme aplicável; e **(iv)** A ratificação de todos os atos praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para a realização da Emissão, da Oferta Restrita e da Fiança e necessários para a consecução das matérias aprovadas nesta data. **7. Conclusão dos Trabalhos:** Sem mais, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata em forma de sumário, conforme faculta o §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que, depois de lida, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e validada, digitalmente, pelos membros da mesa que a presidiu e por todos os presentes. Mesa: David Soifer - Presidente; Mario de Salles Oliveira Malta Neto - Secretário. Membros: Mario de Salles Oliveira Malta Neto; Rafael Claude de Macedo de Larragoiti Lucas; Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin; Maria Silvia Bastos Marques; Horácio Lafer Piva; David Soifer; Marcelo Leite Marder; Alberto Cattalini; Célio Lucas Milano. JUCEPAR em 06/07/2022 sob nº 20224462121.

Faça um orçamento sem compromisso

Este documento foi assinado digitalmente por Roney Rodrigues Pereira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7E83-2374-93D1-9201.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7E83-2374-93D1-9201 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7E83-2374-93D1-9201

Hash do Documento

76482AB72BAA3D29BE92B12B3FD27715EF2F6A5627AFC9BC8AFF4F2043C3A98F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/07/2022 é(são) :

- ☑ Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 08/07/2022 00:06 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70